



Minuta da Acta nº 12/2010

| | Presentes | Faltas | |
|---|-----------|---------|-----------|
| | | Justif. | N Justif. |
| Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO | P | | |
| Vereadores MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ RODRIGUES GAGO | P | | |
| CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS | P | | |
| MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL | P | | |
| ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES | P | | |
| MIGUEL PINTO LUZ | P | | |
| ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO | P | | |
| PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA | P | | |
| ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA | P | | |
| MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMÀ CORDEIRO | P | | |
| JOÃO PAES DE SANDÉ E CASTRO | P | | |

Observações: A Sr.ª Vereadora Leonor Coutinho apresentou pedido de
suspensão de mandato, pelo que foi substituída pela eleita
imediatamente a seguir na lista de candidatos do Partido
Socialista, Maria Teresa Peres Dominguez Rodrigues Gago.
 Hora de Abertura: 9 horas e 48 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 11/2010, de 3 Maio;
- Aprovação: - Acta nº 10/2010, de 19 Abril, que foi aprovada por
unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 91 de 14 | 05 | 2010

| | |
|---------------------------|----------------|
| Operações Orçamentais | € 178.522,25 |
| Operações Não Orçamentais | € 1.868.361,82 |

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:48

1- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ARQTº PAULO JORGE FILIPE DA FONSECA.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA propôs à Câmara Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arqtº Paulo Jorge Filipe da Fonseca, ocorrido no passado dia 13 de Maio. Foi membro da direcção da Ordem dos Arquitectos Portugueses e colaborou desde ~~2003 até esta data com a Câmara Municipal de Cascais, fazendo parte do Mapa de~~ Pessoal do Município. Foi responsável pela elaboração de diversos projectos de arquitectura, dos quais se salienta, pela sua importância, o Auditório Municipal da Quinta da Alagoa, os projectos de arquitectura referentes à Loja de Cascais, e acompanhou muitas iniciativas no âmbito da Direcção Municipal do Planeamento do Território e da Gestão Urbanística, com destaque para o acompanhamento do Comissariado da Trienal de Arquitectura em 2007 e do Concurso EUROPAM 2010.

A Câmara Municipal aprovou o voto de pesar.

2- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. SALDANHA SANCHES.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA propôs à Câmara Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Saldanha Sanches, personalidade de relevância nacional, pelo seu passado de lutador antifascista e pelos direitos cívicos antes do 25 de Abril e nos últimos tempos contra o fenómeno da corrupção. Notabilizou-se ainda como grande fiscalista e professor universitário, a par da sua actividade de comentador político.

A Câmara Municipal aprovou o voto de pesar.

3- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE MIGUEL.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA propôs à Câmara Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Miguel, grande educador da Escola Salesiana do Estoril e muito especialmente grande dinamizador do desporto e da prática do hóquei em patins em particular, onde "fabricou" muitos campeões nacionais e internacionais da modalidade. De resto, atenta à sua grande obra nesse domínio, a Câmara Municipal chegou a agraciá-lo com a Medalha Municipal de Mérito Desportivo.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES referiu que o Sr. Padre Miguel foi um homem que marcou Cascais e os Vereadores do Partido Socialista associam-se às condolências

da Câmara e propõem que seja atribuído a uma rua o nome do Padre Miguel, para que desse modo possa perdurar na memória de todos a sua notável obra.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que essa matéria já foi consensualizada com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Estoril.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO manifestou o seu pesar pelo falecimento do Sr. Padre Miguel, associando-se também à proposta de atribuição do seu nome a um arruamento da Freguesia do Estoril. A Juventude Salesiana fará no próximo ano 50 anos de vida e que são, no fundo, os anos que o Padre Miguel dedicou à educação, ao desporto e ao hóquei de forma mais particular, com os resultados no âmbito da formação cívica, da formação educativa e da formação desportiva que é reconhecida por todos e nesse sentido considera que é absolutamente justo que o seu nome seja dado uma rua da Freguesia do Estoril.

A Câmara Municipal aprovou o voto de pesar.

4- SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL - MEDIDAS DE AUSTERIDADE ADOPTADAS PELO GOVERNO.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA disse que a CDU está bastante preocupada com as medidas adoptadas pelo Governo e que recaem sobre os portugueses, principalmente porque elas vão atingir aqueles que trabalham por conta de outrem. Não recaem estas medidas realmente naqueles que efectivamente têm contribuído bastante para a crise, nomeadamente os bancos, não se vêem tomar medidas contra a especulação na Bolsa, não há medidas relativamente aos Offshores, assim como não se aplicam medidas concretas aos profissionais liberais. Enfim, tudo recai nos trabalhadores assalariados por conta de outrem que são autenticamente “roubados” no seu salário e inclusivamente já se está a falar em cortar uma parte do seu subsídio de Natal. Há vários anos que as reclassificações dos funcionários públicos estão congeladas, a depreciação das pensões é gradual, as comparticipações na saúde cada vez são menores. O IVA, começou por ser de 17%, subiu mais tarde para 21%, timidamente desceu para 20% e agora sobe de novo para 21%. Não se vê os governantes serem responsabilizados por políticas que tenham sido prosseguidas nos últimos anos e que ajudaram a chegar a esta situação e são esses mesmo governantes das áreas das finanças e da economia que vêm agora propor soluções, quando eles próprios tiveram nas mãos essas mesmas soluções. O número de desempregados aumenta todos os dias, fala-se em cortes de verbas para o poder local, tudo isto é decidido nos gabinetes e comunicado a Bruxelas e o povo nem sequer é informado do que se está verdadeiramente a passar e tudo isto acaba por contribuir para o aumento da insegurança e da convulsão social.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES lembrou que foi referido na última reunião de Câmara pelo Sr. Vice-Presidente que iria ser elaborado um plano de contenção para fazer face às dificuldades que o Município vai enfrentar. Gostaria de saber se já há alguma ideia das medidas que vão ser tomadas e se há interesse em que os outros partidos se associem na elaboração desse plano. Por outro lado, constou-lhe que a Fiscalização Municipal iniciou na semana passada uma acção em grande escala de verificação dos horários de trabalho nas agências bancárias existentes no Concelho e da existência de licença de reclamos. A confirmar-se, fica muito satisfeito com esta medida e fez umas ~~contas e chegou à conclusão que isso pode significar cerca de três a quatro milhões de~~ Euro de coimas e taxas. A medida em si é correcta, surpreende é que possam existir bancos que não tenham pago as taxas devidas pela fixação de publicidade, ou que não tenham os horários de trabalho afixados. Ligando isto à situação de crise, diria que são medidas pela via da receita, e que são aquelas a que todos já estão habituados nestas situações, pelo que a interrogação que deixa é se pela via da despesa vai haver alguma ideia sobre a forma como é que se vai reduzir alguns custos, porque certamente irá haver redução das receitas, por via dos impostos e taxas.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA confirmou que a Fiscalização Municipal está a levar a efeito essa acção de fiscalização. De facto a Polícia Municipal ao herdar, com a última alteração sofrida no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, responsabilidades no domínio da fiscalização, fez uma lista de sectores que prioritariamente deveriam ser fiscalizados de uma forma sistemática e havia duas situações que mereciam uma atenção rápida: os bares e actividades similares, por via até das queixas face ao ruído provocado na rua pelos frequentadores desses espaços de diversão e a outra é esta dos bancos. Pessoalmente desconhece qual será o montante das eventuais taxas ou coimas que venham ser aplicadas por via desta acção de fiscalização e nunca lhe ocorreu que pudesse vir a ser o valor mencionado pelo Sr. Vereador Alípio Magalhães.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ lembrou que há mais uma área onde também está prevista a intervenção da Fiscalização Municipal que é nos Postos de Abastecimento de Combustíveis e que terá lugar no final deste mês. No que respeita aos bancos, importa referir que há cerca de 120 agências no Concelho de Cascais e a generalidade dos bancos paga as suas licenças e têm tudo regularizado. Esta acção de fiscalização é de mera rotina e se houver um ou outro caso onde haja irregularidade actuar-se-á, mas julga que não estarão envolvidos os valores referidos pelo Sr. Vereador Alípio Magalhães.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que o Sr. Vice-Presidente terá ocasião de informar a Câmara se já está em condições de apresentar o projecto de plano a que aludiu o Sr. Vereador Alípio Magalhães, mas julga que ainda não, visto que nem sequer ainda se conhece qual é o alcance dos cortes financeiros que vão atingir os municípios

portugueses, nem sequer o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses disse ainda rigorosamente nada sobre esta matéria, porventura também pelo facto de ainda não ter sido contactado e desconhecer também qual é o alcance do impacto destas medidas adoptadas pelo Governo. Aquilo que sabe -e tenciona na próxima reunião da Assembleia Municipal apresentar um pedido de convocação de uma reunião extraordinária daquele órgão para debater essa situação- é dos cortes que o Governo tenciona fazer em Cascais a propósito da concessão do Jogo, em que se confirma que não foi sensível -a reunião teve lugar precisamente há oito dias- primeiro pelo Dr. Luís Patrão em dar provimento à lei que prevê os benefícios para Cascais oriundos da concessão do Jogo e não leva sequer em consideração as alterações à lei aprovadas na Lei do Orçamento de Estado, socorrendo-se de uma norma que não é aplicável do ponto de vista da Câmara, e que tem a ver com a faculdade que o Sr. Ministro das Finanças tem de cativar verbas orçamentais. Que saiba o Sr. Ministro ainda não cativou nada, aquilo que se sabe é que sem nenhum critério que seja conhecido, o Dr. Luís Patrão, dos milhões que o Turismo de Portugal deve a Cascais, tudo com projectos homologados pelo Sr. Secretário de Estado do Turismo, se recusa a dar um cêntimo a mais do que sejam os 4,3 milhões de Euro que ele entendeu orçar sem se conhecer como é que chegou a esse valor, e ainda por cima queria pagar por conta da verba deste ano, facturas referentes ao último trimestre do ano anterior e que totalizam 800 mil Euro. Ou seja, pretende agora introduzir uma nova leitura da lei em que, impreterivelmente, as verbas têm de ser gastas o mais tardar até Setembro, porque se as facturas forem entregues durante o mês de Dezembro, então será pago por conta das verbas que houverem para o ano seguinte. Isto significa uma violação da lei e do espírito da lei, desde logo pelo próprio nome da entidade que é a Comissão de Obras. Ora tratando-se de obras, o mais natural é que essas obras perdurem por vários anos e sendo que muitas dessas obras obrigam à consulta e acompanhamento de várias entidades, como é o caso do IGESPAR nas situações do património classificado o que implica alguma morosidade nos processos. Em tese esta situação é como que a convidar as câmaras a não fazer obras, a não recuperarem património e optarem sim por eventos pontuais, convidarem artistas famosos que venham cá no mês de Agosto actuar e depois apresentem a factura no mês de Setembro para se pagar. Ora isto é uma situação inqualificável. Não o seria se o Governo corajosamente chegasse à Assembleia da República e dissesse qualquer coisa do género: acabou-se a Lei do Jogo, acabou-se o benefício para as câmaras que têm casinos da compensação a que têm direito, nos termos da lei. Ou seja, revogavam ou actualizavam a Lei do Jogo, aquilo que entendessem. Isso seria absolutamente legítimo, apesar de pessoalmente ser contra, como é natural, mas era a maneira honesta de fazer as coisas, que não esta. Como se isto não bastasse e como já teve oportunidade de informar, recusaram e denunciaram três contratos relacionados com

a recuperação da Fortaleza de Nossa Sr.^a da Luz, do Forte do Abano e do Forte da Cadaveira. A Câmara recorreu dessa decisão, eles recusaram a argumentação do Município e assim a Câmara vai dar entrada a uma Acção em Tribunal. Isto significa do ponto de vista do Governo o seguinte: a Câmara apresentou três projectos de requalificação de três fortes que fazem parte do património nacional, que estão ao abandono há muitos anos pelo Estado; a Câmara apresentou os projectos e que foram aprovados pelo Sr. Secretário de Estado do Turismo, mas porque toda a tramitação destes processos demorou mais do que eles queriam nos termos contratuais, decidiram revogar ~~esses apoios e não foram sensíveis aos argumentos da Câmara que explicam as razões~~ para um certo deslizamento dos prazos para fazer as obras, como se houvesse da parte da Câmara algum interesse em fazer arrastar estes processos e não em acelerar estas obras e colocá-las ao serviço da população. Não se percebe qual é a ideia do Governo; é que aquele património acabe por ruir completamente? Há ainda outras situações como é o caso do Auditório da Quinta da Alagoa, que irá ter de parar. Mas há casos em que já não se pode mandar parar as obras, porque ou já estão feitas ou estão em fase de conclusão e agora não dão o dinheiro, pelo que vai ter de ser a Câmara a honrar esses compromissos pelo seu orçamento, mas não será ressarcida disso. Por tudo isto julga que o Sr. Vice-Presidente ainda não estará em condições de poder apresentar essa proposta de plano de contenção, porque não sabe exactamente qual é a redução que Cascais vai sofrer, embora cada vereador nas suas áreas comece desde já a tomar as devidas cautelas no sentido de cortar em situações menos urgentes, sobretudo no que respeita à despesa corrente, sabendo de antemão que há áreas da despesa que tendencialmente se irão expandir, como é o caso dos apoios sociais aos mais necessitados, visto que o Governo pura e simplesmente não responde a esse emergência social e vão ter de ser as câmaras a apoiar as instituições de solidariedade social.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES referiu que em relação à Lei do Jogo pessoalmente está convencido que vai mesmo ser revista e por uma questão de prudência, entende que a Câmara deveria não contar com os valores previstos. É muito provável que isso venha a suceder face à crise que o país travessa e face à necessidade de verbas para outras prioridades é muito natural que Cascais não venha a receber a totalidade das verbas que se pensaria que estariam disponíveis para o Concelho. A sua sugestão e o seu conselho é que o executivo tome como boa a ideia que não vai receber o dinheiro todo, vai receber só parte do valor. Também reconhece que se calhar não vai ser possível fazer desde já a recuperação dos Fortes, face à situação económica do país e se tiverem que cair como alertou o Senhor Presidente paciência, mas a vida é feita de opções; o dinheiro não chega para tudo, provavelmente haverá outras utilizações mais importantes e mais prementes. Como foi referido a área social no Concelho está de facto a

precisar de grandes apoios e a Câmara de Cascais tem grandes responsabilidades nessa matéria e nesse sentido se se puder adiar a recuperação dos Fortes e em vez disso se se conseguir dar resposta às principais necessidades da população, pensa que apesar de tudo não é muito grave.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse registar que o Sr. Vereador Alípio Magalhães acabou de dizer que ratifica e concorda com o incumprimento da lei por parte do Governo, que não tem grande importância os Fortes caírem, desde que a Câmara socorra quem precisa e que tem perspectivas que a lei vai ser mudada. Da sua parte acha que a lei não vai ser mudada enquanto houver perspectivas desde governo socialista que depois esta Câmara pode vir a ter uma maioria socialista e portanto talvez deixem estar as coisas como estão para depois haver dinheiro do Jogo porque entretanto a recessão há-de acabar. Na sua opinião esta atitude do Governo de não cumprimento da lei com o argumento que não cumpre a lei porque não quer é "criminosa" e desonesta politicamente. Tinham toda a legitimidade para invocar os argumentos, discutíveis na sua opinião mas que eram susceptíveis de análise, diálogo e debate, de que o dinheiro deveria ser, por exemplo, para apoios sociais aos mais necessitados e não para investimento em obras ou em eventos de interesse turístico. Agora não pode admitir é que se actue da forma arrogante e sem nenhum argumento plausível como vem sucedendo pelo Governo. Por exemplo leu o parecer que a jurista do Turismo de Portugal produziu para fundamentar o não cumprimento da lei e a verdade é que insustentável e por isso é sua intenção levar este assunto até às últimas consequências e por isso do seu ponto de vista o Partido Social Democrata não deve subscrever qualquer acordo com o Partido Socialista se souber que da parte deste há uma violação flagrante da lei, mesmo para uma questão que no âmbito e na dimensão nacional possa parecer menor, e disso irá dar conta ao presidente do seu partido e publicamente também o dirá e por isso irá pedir a convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal. Está revoltadíssimo com esta situação, porque não está habituado a esta postura que é de quem está absolutamente numa atitude de completo desprezo para com a legislação em vigor, como é o caso do Dr. Luís Patrão. O que mais ainda o choca neste processo é o facto do Sr. Secretário de Estado do Turismo, que supostamente tutela esta matéria, estar completamente omissa e nem sequer se digna responder a tudo o que lhe é solicitado. Pura e simplesmente ignora esta situação.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA interveio dizendo corroborar as palavras do Senhor Presidente, porque o problema é a falta de respeito pelo estado de direito. O país vive num ambiente autoritário e é gravíssimo o que tem vindo a suceder ao longo destes últimos anos de governação socialista e por isso se revolta extraordinariamente contra o Partido Socialista relativamente ao posicionamento que tem

tido e este caso é um exemplo concreto desse posicionamento do Partido Socialista relativamente ao Estado Português.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que irá fazer distribuir pela Câmara Municipal o Relatório de Execução referente ao mês de Abril, bem como o relatório da Standard & Poors quando faz a notação de rating para a Câmara de Cascais, aquando da redução do rating da República, em que foram muito simpáticos na forma como fizeram a avaliação de Cascais, assumindo claramente que Cascais baixava porque a República estava a baixar e Cascais não podia ter um rating superior, mas fazendo considerações muito positivas sobre a forma como é gerido o Município. Sobre o plano de contenção de que falou na anterior reunião, naturalmente que todos estão preocupados com a situação económica do país e das medidas que estão a ser tomadas. Mas a questão que se coloca a seu ver é outra e deixava os seguintes elementos para reflexão: uma é que qualquer plano que foi estabelecido, teve por base um Euro tinha uma paridade face ao Dólar completamente diferente daquela que tem neste momento, ou seja, estava bastante mais fortalecido; o preço do barril de petróleo era inferior nas previsões do que aquele que também está a ocorrer, e os juros da dívida pública portuguesa eram inferiores àqueles que estavam a ocorrer e que, felizmente, com o anúncio da semana passada, já baixaram. Portanto isto são informações que não são positivas em relação àquilo que pode estar a ocorrer, mas se a elas se acrescentar de que o país -quer a parte pública, quer os privados- estava todos os meses a captar mil milhões de Euro de endividamento a mais nos mercados externos e se as medidas que foram anunciadas prevêm que se atinja o défice de 7% e que vai ter de descer para 4,3% no fim do próximo ano e para 2,8% no final do ano de 2012, imagine-se quantas medidas não vão ainda ter de ser impostas, pela necessidade absoluta de o país ter de cumprir as políticas económicas e orçamentais comunitárias. Não irá tecer considerações sobre o que é que aconteceria ao país se não enveredasse pelo cumprimento destas regras, mas dirá o que é que a Câmara Municipal de Cascais está a fazer: As contas da Câmara Municipal de Cascais -e ter-se-á oportunidade de verificar isso nas contas de Abril- não se estão a comportar de forma muito negativa. Não estão positivas, ou seja há um decréscimo da receita na ordem dos 2%, mas que face ao que se passa no país parece-lhe ser razoável. Isto é, são -2% sobre -17% do ano passado. De qualquer dos modos, se se comparar com outras câmaras do país, em que há decréscimos na ordem do 50% e mais, são resultados que, apesar de tudo, ainda são controláveis. De qualquer das formas, já há alguma informação sobre a receita do IMI e do IMT cobrado em Abril e que será entregue à Câmara este mês e as notícias que chegam dão uma segurança maior em relação ao comportamento das receitas, porque dependerá um pouco do comportamento das receitas também o nível de impacto que vai haver a nível das despesas. O que já se está a trabalhar é, por um lado,

ver e identificar onde é que se pode aumentar receitas, porque continua a ser um factor fundamental o aumento de receitas, e neste caso algumas delas nem é propriamente um aumento com impacto negativo, mas sim antecipação de receitas, ou seja receitas que estão por cobrar e que por alguma menor eficácia nessa cobrança não entraram ainda nos cofres da Câmara e portanto importa acelerar essa cobrança; está a fazer-se também um conjunto de análise de custos e pode dizer que neste momento qualquer requisição passa pelo visto seu e do Director Municipal financeiro e desse modo apertar o controle sobre as despesas, apreciando a sua absoluta necessidade ou não e se ela é ou não virtuosa. Por outro lado, reequacionar o investimento previsto para este ano e já a preparar os próximos anos. Por fim na forma como se pode gerir o património e ao gerir esse património porventura ter receitas extraordinárias sobre essa gestão do património, ou seja o que é que há para vender que não faz falta à actividade municipal, ou que possa ser dado um uso mais positivo do que aquele que existe e nesse sentido conta que, estando fechadas as contas de Maio, pelo menos até ao final do mês de Junho vir a apresentar uma proposta de plano de contenção na Câmara, sendo que é óbvio que toda a informação e toda a colaboração será bem-vinda e portanto terá toda a disponibilidade e interesse em dar informações e recolher sugestões da forma como se poderá reajustar as contas da Câmara. Por outro lado também, à partida vai haver uma medida proposta que é de conter, desde já, a capacidade de cabimentação da Câmara de Cascais. Neste momento já estão cabimentados compromissos no valor de 140 milhões de Euro. Numa dúvida como é que a receita possa vir a comportar-se, pensa que é de toda a prudência nesta fase travar a cabimentação e ir-se acompanhando a cabimentação à medida que a situação for evoluindo a nível da receita, porque pode verificar-se um decréscimo significativo das receitas, que neste momento não é visível, mas não se sabe como vai evoluir no futuro e na sua perspectiva vai agravar-se até ao final do ano. Por fim gostaria de salientar que tem havido uma área onde não tem havido restrições, que é na área social, pelo contrário tem-se tentado acelerar ao máximo tudo aquilo que aparece de solicitação do exterior, porque essa vai ser aquela que, a seu ver, vai apertar e muito pela crise em geral e que as câmaras municipais, por estarem mais junto das pessoas, por terem estruturas organizadas e no caso de Cascais organizadas e com excelente qualidade na resposta, vão ser muito procuradas e por isso, sempre que vem uma solicitação da área social, tem passado à frente de todas as outras, sejam elas de que área for.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse reconhecer que a saúde financeira da Câmara de Cascais em relação ao país não está pior, e ouviu com agrado que o Sr. Vice-Presidente da Câmara considera que a área social é a área de eleição no período de crise e foi isso que da sua parte quis dizer quando disse que se a opção for entre os Fortes caírem ou antes poder acorrer às necessidades mais prementes dos mais desfavorecidos

do Concelho, da sua parte não se importa que os Fortes caiam. Com muita pena é certo, mas de facto a prioridade absoluta tem de ser a área social e nisso está de acordo com o Sr. Vice-Presidente. Fica satisfeito que os números da situação em final de Abril já estejam disponíveis e é um sinal de que, de facto, há uma preocupação por acompanhar a gestão de uma forma muito cuidada e permanente. Para não falar só de coisas desagradáveis, lembrava que Portugal foi o país comunitário que mais cresceu no primeiro trimestre deste ano e também é sabido que há um esforço grande a nível das exportações e já há exportações com um nível tecnológico muito elevado, ou seja a balança tecnológica do país já é positiva. De facto isso não é a panacéia de todos os problemas, mas é um indicador do caminho que acredita que é possível fazer. Portanto as dificuldades vão ser muitas, a crise é muito forte, mas acredita que o país, desde que haja, como tem havido da parte dos principais partidos, uma preocupação de convergência de esforços e de entendimentos, pessoalmente acredita que é possível ultrapassar esta crise, minimizando os efeitos negativos para a população.

A SR.^a VEREADORA ANA CLARA JUSTINO informou que não tinha intenção de intervir, mas face à intervenção do Sr. Vereador Alípio Magalhães, e reiterada, não podia deixar de lembrar que o património histórico em Cascais não é uma questão de luxo asiático. Ele tem um grande potencial económico e é potenciador de sinergias a vários níveis, porque a sustentabilidade social que o turismo permite, através da possibilidade de negócios, da fixação dos turistas etc., dá ao património histórico, como hoje o turismo vê o património como identidade, um grande potencial económico e neste caso os Fortes como estão na linha que os turistas fazem desde Sintra até Cascais, que passam pela Estrada do Guincho e pela Estrada Marginal, acabam por ser pontos estratégicos e portanto é não só obviamente uma questão de Cultura, mas é também uma questão de sustentabilidade económica, é uma questão de sustentabilidade social, porque eles estão estrategicamente colocados na linha que permite fixar turistas durante algum tempo em Cascais, que é o problema de Cascais em termos de turismo. Eles fazem uma visita pendular e há uma imensa dificuldade em que esses turistas se fixem e não façam apenas uma visita ao Largo de Camões, mas visitem também outros lugares, que passem mais tempo, que possam usufruir de mais alguma coisa e desse modo possam também proporcionar algum negócio e nesse sentido os Fortes são património, mas são também uma boa perspectiva económica no sentido da fixação do turismo. Portanto não é uma questão de luxo, não é uma questão apenas da identidade, mas também tem uma vertente económica.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA disse congratular-se com o facto de os Srs. Vereadores do Partido Socialista apoiarem e concordarem com o programa social desta coligação e deste executivo em que a prioridade de facto é a área social, e a verdade é que os eleitores de Cascais votaram nesse programa. Assinala no entanto uma

divergência entre o Partido Socialista aqui de Cascais e o Governo do Partido Socialista, porque de facto a área social é bastante sacrificada pelo Governo, procurando equilibrar-se as contas sacrificando a área social e não cortando nas despesas e nas obras públicas.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES considerou que os Vereadores do Partido Socialista têm demonstrado ao longo das reuniões de Câmara que a sua posição de oposição tem sido responsável e construtiva e não se inibem de dizer que estão de acordo e de elogiar o trabalho que tem sido feito e na área social de facto é reconhecido e não tem nenhum problema em dizer que muito admira o trabalho que tem sido feito. Em relação ao país, algumas medidas que estão previstas, são medidas que se atreve a dizer que vêm até um pouco atrasadas, porque moralizar algumas situações, pensa que todos estão de acordo. Por exemplo há um estudo que vinha publicado este fim de semana no jornal Expresso, da autoria de um economista famoso do Banco de Portugal, que referia por exemplo que a excessiva "bondade" do subsídio de desemprego é um incentivo à manutenção desse desemprego, porque o nível, que é o mais elevado da Europa em termos da relação subsídio-valor da remuneração, acaba por fazer com que as pessoas se acomodem e não procurem novos empregos. Portanto, embora essas medidas sejam dolorosas para a população, são medidas que são estimulantes no sentido de procurar dinamizar o mercado de trabalho e procurar que as pessoas não se acomodem. Portanto, não há aqui nenhuma divergência entre o Partido Socialista de Cascais e o Governo, pode é haver, num caso ou noutro, conhecimento diferente das matérias e poder parecer que há diferenças, mas de facto elas não existem.

5- BAIRRO DA MATA DA TORRE - NECESSIDADE DE PARQUE INFANTIL.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA perguntou se está prevista a construção de algum parque infantil neste bairro. Nota-se naquela zona uma enorme falta de infra-estruturas de apoio para os jovens, sendo estes obrigados a brincar no meio da rua e havendo espaço disponível, poder-se-ia aproveitar para construir por exemplo um parque infantil.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que, para além da existência de um parque urbano em Outeiro de Polima, está prevista a instalação de um parque infantil não exactamente no Bairro da Mata da Torre porque não há espaços disponíveis para o efeito, já que os terrenos devolutos que lá estão vão ser aproveitados do ponto de vista viário, mas sim junto à superfície comercial E. Leclerq, num terreno onde se pensou em tempos fazer uma loja da Mcdonalds. Como a Câmara anulou a licença dessa loja, o terreno ficou livre e em princípio será aí que ficará o parque infantil. Também não está excluída a possibilidade de no próprio vale, ou seja já em frente ao E. Leclerq, fazer o parque infantil,

ao mesmo tempo também que se possa pensar fazer ali um parque sénior para a população adulta.

6- OBRAS NA ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO DE S. PEDRO DO ESTORIL.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA perguntou se a Câmara tem informação sobre o prazo para a conclusão destas obras. Segundo dizem alguns moradores, as estradas estão a ficar estreitas, principalmente para a circulação de pesados.

7- VALOR DAS PORTAGENS DO IC-16.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA informou que a CDU levou a cabo no fim de semana passado uma acção de denúncia pelo custo das portagens do IC-16 em que só no troço entre Ranholas e o Autódromo -cerca de 3 Km- são cobrados 90 cêntimos, o que é extraordinariamente elevado para um percurso com esta dimensão e nesse sentido julga que a Câmara deveria reclamar desta situação, tendo em conta ser uma via de utilidade para a ligação entre Cascais e Sintra.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que já em ocasiões anteriores teve oportunidade de expressar a sua opinião sobre esta situação das portagens, mas pode dizer a propósito que, apesar de tudo, essas portagens estão a funcionar como um condicionante e um inibidor do “despejo” de trânsito adicional e indesejável no Concelho de Cascais, sendo certo que os munícipes de Cascais utilizando esta nova via ou continuando a optar pelo sistema viário anterior nas suas deslocações, pagam praticamente o mesmo em portagens. A este propósito informava que foi proposto na última reunião da Junta Metropolitana de Lisboa, pelo Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, uma situação que foi considerada por muitos como pertinente e que os jornais anunciaram e que é da estupefacção e o protesto da Junta Metropolitana de Lisboa pelo facto do TGV terminar (ou iniciar) o seu percurso no Poceirão, sem que haja qualquer ligação entre este local e o resto da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente a capital e até Cascais, quando um dia Cascais vier a ter ligação directa porque, como é sabido, era intenção do Governo -e de resto foi anunciado pela então Secretária de Estado dos Transportes nesta mesma sala e foi amplamente noticiado na imprensa- proceder à reformulação da Linha de Cascais, permitindo a sua ligação à Linha do Norte e ao próprio TGV, em função das obras a fazer na zona de Alcântara. Todos os Presidentes das Câmaras da margem Sul saudaram esta proposta, mas da sua parte manifestou-se contra e como a matéria não estava agendada e não autorizou o agendamento, não foi aprovado o voto de censura ao Governo por esta situação. Teve oportunidade de explicar aos seus pares esta sua posição e que se prende com o facto de estar disponível para aprovar um voto de censura ao Governo pelo facto de

irresponsavelmente ter assinado o contrato para a construção da linha do TGV até ao Poceirão, que é realmente uma farsa completa. Não há TGV que interesse a quem quer que seja que tenha início (ou o seu fim) no Poceirão, só interessa se vier até Lisboa e portanto aquilo que está disponível é para censurar o Governo pelo facto de, à revelia dos interesses nacionais e na altura em que se está a fazer uma contenção muito grande da despesa, se permitir assinar o contrato para essa obra. Entretanto o Governo já veio explicar que é uma mera suspensão e que vai haver um concurso para a 3ª travessia do Tejo.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse serem conhecidas as posições do Senhor Presidente e as do Partido Socialista quanto a esta matéria, e da sua parte considera que foi uma boa decisão a construção desta via e espera que ela seja complementada a médio prazo com a ligação à A-8 que vai permitir melhorar francamente as acessibilidades e as mobilidades no Concelho de Cascais e nos concelhos vizinhos. Não tem a opinião que o IC-16 teve efeitos negativos para o Concelho, pelo contrário, porque quem já vinha para o Concelho, especialmente para o Cascaishopping e até para o hospital, ficou com melhores acessos, mais seguros e mais rápidos. É evidente que tem de haver portagens e provavelmente até são baratas, face às necessidades do país. Falou-se dos problemas do país e que acabam por afectar também Cascais e é o caso do TGV. Seguramente que ele irá ligar Lisboa a Madrid e terá de haver algum reescalamento ou revisão do projecto ou de datas, mas seguramente não irá ficar pelo Poceirão e espera que Cascais venha a tirar benefícios disso. Na questão da 3ª travessia, há uma hipótese que será ser a Lusoponte a assumir a responsabilidade pela sua construção e portanto é possível vir a ocorrer uma outra conjugação de soluções para ligar o TGV a Lisboa.

8- FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ESTORIL E ALCABIDECHE.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA referiu, tal como é dito aliás no editorial do Boletim Informativo da Junta de Freguesia do Estoril, que é incompreensível que os cidadãos de Alvide sejam obrigados a ir às consultas ao Centro de Saúde do Estoril e as pessoas do Estoril são deslocadas para Alcabideche. Pensa que a Câmara, não sendo responsável por esta situação, deve no entanto reclamar e exigir que esta situação seja alterada no interesse dos munícipes.

9- RECUPERAÇÃO DO ESPAÇO DE VENDA AMBULANTE DA BOCA DO INFERNO.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ lembrou que numa anterior reunião de Câmara, a propósito desta situação, assumiu o compromisso de ir mantendo a Câmara a par da evolução das obras de beneficiação deste espaço de venda e nesse sentido pode informar que essas obras estão concluídas, foi reduzida para cerca de metade a volumetria e a área

de ocupação, tendo sido resolvidos os problemas das infiltrações de águas das chuvas e da degradação das barracas. Está a ser preparada uma visita e depois dará nota da data da mesma aos Senhores Vereadores para, caso estejam interessados, a acompanhar. Naturalmente que não são as obras finais, que essas terão lugar ao abrigo do plano de pormenor, mas já dão outra dignidade e outra abertura daquele espaço de venda, diminuindo para 50% a volumetria.

10- OBRAS DOS APRESTOS MARÍTIMOS DOS PESCADORES NA BAÍA DE CASCAIS.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ informou a Câmara Municipal que estas obras já se encontram concluídas. Seguir-se-á agora uma nova etapa que é a deslocalização dos pescadores do Largo das Flores para este novo espaço e consequente demolição dos antigos aprestos.

11- REMODELAÇÃO DO MERCADO DE CASCAIS.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ informou a Câmara Municipal que espera arrancar em breve com as obras correctivas em relação à obra inicial que foi feita no Mercado de Cascais onde foram detectadas algumas anomalias, como de resto foi salientado pela Sr.^a Vereadora Leonor Coutinho numa anterior reunião.

12- PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DE JUVENTUDE.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ informou a Câmara Municipal que para além dos 1.200 voluntários jovens que estão envolvidos nos Programas "Maré Viva" e "Natura Observa", a 4ª Edição do Programa "Jovens Activos" que foi aprovada na última reunião de Câmara, já teve, no espaço de uma semana, cerca de 200 inscrições, e onde outras iniciativas das áreas do Desporto e Acção Social estão englobadas. Foi com bastante agrado que verifica que os jovens também estão preocupados com esta questão -que é de todos- e portanto a questão social era incontornável numa política de voluntariado séria numa câmara municipal.

13- ANÁLISE À QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS PRAIAS DA RAINHA, RIBEIRA, DA CONCEIÇÃO E DA DUQUESA.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou a Câmara Municipal que no seguimento da obra que está em fase de conclusão na Ribeira das Vinhas, com vista a melhorar a qualidade das águas da ribeira que são lançadas no mar, já começam a surgir resultados muito positivos. Com efeito, já foram efectuadas 5 análises e os resultados demonstram que a qualidade da água das Praias da Conceição e da Duquesa são excelentes e agora também se detectou que a qualidade da água da Praia da Rainha e

da Ribeira também são excelentes. Essas análises estão agora a ser feitas semanalmente e se os resultados se mantiverem, isso quer dizer que todas as praias do Concelho de Cascais passam a ter qualidade da água do mar excelente. Aproximando-se a época banhear, as análises às águas do mar passam a ser diárias, num esforço conjunto entre a ARH de Lisboa e Vale do Tejo, Águas de Cascais e Câmara de Cascais, e desse modo será possível monitorizar constantemente a qualidade das águas do mar e informar de forma sistemática a população da qualidade da água. Mas o que gostaria desde já de salientar é que a obra que se fez terá permitido que a Praia da Rainha e a Praia da Ribeira, que nos últimos anos estava interdita para banhos, apresentem agora valores de excelente, o que a manter-se vai permitir desinterditar a praia a banhos de mar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse congratular-se pelo facto de as praias de Cascais estarem neste momento todas com boas condições balneares e uma vez que não há bandeiras azuis a proposta dos vereadores do Partido Socialista é que a Câmara crie uma bandeira ou um símbolo que permita à população saber que as praias estão em perfeitas condições e que, de certa forma, as façam esquecer que as praias do concelho não têm Bandeira Azul, porque para algumas pessoas esta bandeira é um símbolo de referência.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que não está prevista a colocação de nenhuma bandeira, até porque isso poderia ser considerado um acto provocatório. O que está a ser preparada é uma campanha muito intensa de informação em todas as praias, com painéis, onde é descrita toda a informação sobre a qualidade das águas e das areias. Portanto as pessoas quando se deslocarem a uma praia vão ter a informação toda sobre a qualidade dessa praia.

14- 57º ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DE PAREDE.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES associou-se a este momento de alegria para os paredenses e deixava os seus parabéns à Freguesia de Parede, na pessoa dos actuais eleitos daquela autarquia.

15- REMODELAÇÃO DO LARGO CIDADE VITÓRIA.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse ter passado junto à obra e pode constar que a mesma está praticamente concluída e está bonita. Gostaria de saber se está prevista alguma inauguração oficial, ou se pura e simplesmente está pronta e agora é aberta sem mais à população.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que não irá haver propriamente uma inauguração formal, mas esta tarde, pelas 17 horas, terá lugar naquele local a cerimónia de arranque da com.arte10-Arte e Comércio e que envolve os comerciantes de Cascais. É

uma iniciativa que ano passado teve o maior interesse e que espera que se repita este ano. Portanto aproveitar-se-á esta cerimónia para de forma simbólica assinalar a abertura deste espaço após as obras de beneficiação que sofreu.

16- PONTO DA SITUAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE FREIRIA.

O SR.VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou a Câmara Municipal que já saiu da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo a proposta de REN que vai permitir a sua publicação e por sua vez a aprovação do Plano de Pormenor de Freiria.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES congratulou-se por mais este passo que foi dado com vista à conclusão deste processo.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:55

- PONTO PRÉVIO:

a)- ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA COM A ESUC-EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, REFERENTE À INSTALAÇÃO DO JULGADO DE PAZ DE CASCAIS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 56/2010.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomar conhecimento.

4. GESTÃO FINANCEIRA:

4.1. APROVISIONAMENTO:

VOTA: Os Srs. Vereadores João Sousa e Carlos não estavam presentes na sala no momento da discussão e votação deste ponto.

4.1.1. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS LOTES A E B – PROC. 198/08 → C – 139/09 RENOVAÇÃO DO CONTRATO.

Aprovado em 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4.1.2. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – PROC. 1660/2006 → C – 5/2007 → C – 77/2008 → C – 504/2009 → C – 525/2010 - 2.ª RENOVAÇÃO DO CONTRATO.

Aprovado em 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4.1.3. AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE PAINÉIS PRÉ-FABRICADOS PARA O REFEITÓRIO DO EB1 N.º 3 DA GALIZA – PROC. C – 66/2010 – ADJUDICAÇÃO

Retirado.

4.1.4. AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DO PROJECTO DE ESPECIALIDADES PARA REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA D. LUÍS - PROC. C – 178/2010 – ADJUDICAÇÃO

Retirado

4.1.5. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENÇA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS POR OCUPAÇÃO (REMOVIDOS DA VIA PÚBLICA) A VIGORAR DURANTE O PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS OU ATÉ 2000 VEÍCULOS, QUE SE ENCONTRAM EM DEPÓSITO NO PARQUE MUNICIPAL DE MATERIAIS E VIATURAS DE TRAJOUCE

Aprovado por unanimidade.

4.2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4.2.1. CRIAÇÃO DE NOVO POSTO DE COBRANÇA – DMT/CEMITÉRIOS MUNICIPAIS.

Aprovado por unanimidade, no estado presente no sala, no momento da votação, o Sr. Vereador João Sampaio e Castro.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.3.1. TRANSFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS PARA A EMGHA – GESTÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DE CASCAIS, E.M., S.A. DA GESTÃO DE 8 FOGOS NO EMPREENDIMENTO DE NOVA CHECLOS EM CARCAVELOS

Aprovado por unanimidade.

4.3.2. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 4,50 M2, SITUADA NO VALE DE SANTA RITA, SÃO JOÃO DO ESTORIL, FREGUESIA DO ESTORIL, POR ALFREDO HENRIQUES FREIRE, DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

4.3.3. AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 92,05 M2, SITUADA EM BIRRE, FREGUESIA DE CASCAIS, A PARTIJ – CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., DESTINADA A ARRUAMENTOS.

*Aprovado por maioria, com 3 votos
contra dos Srs. Vereadores do PS.*

5. URBANISMO:

5.1. PROCESSO Nº: CRM 2009/17151 - NOME: REINALDO WALTER DE MAGALHÃES LDA - LOCAL: LARGO DE CAMÕES, Nº. 2 – CASCAIS - ASSUNTO: ISENÇÃO DA DOTAÇÃO DE PARQUEAMENTO – “RESTAURANTE CAMÕES”.

Aprovado por unanimidade.

6. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

6.1. ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1390, EMITIDO EM NOME DE ANTÓNIO PEREIRA GOMES E OUTROS, LOCALIZADO EM CAPARIDE, NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

6.2. ALTERAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA DATADAS DE 19/12/1997 – PONTO 17.5 E DE 26/03/2007 – PONTO 12.2, PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO N.º 2.818/91, EM NOME DE COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO MOINHO, EM MATO-CHEIRINHOS, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado em unanimidade.

7. JUVENTUDE:

7.1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ARISCO – INSTITUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE - APROVAÇÃO DA ANULAÇÃO E RESPECTIVA DENÚNCIA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO.

Aprovado em unanimidade.

7.2. DNA CASCAIS – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NA ASSEMBLEIA GERAL E DO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AGÊNCIA DNA CASCAIS.

Aprovado em 4 assistências, sendo 3 do Sr. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador da CDU, nos termos participados na discussão e votação o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel Antunes.

7.3. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

7.3.1. PROGRAMA MARÉ VIVA 2010 – SELECÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORMAÇÃO - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO PROPOSTO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Aprovado em 3 assistências do Sr. Vereadores do PS.

7.3.2. PROGRAMA MARÉ VIVA 2010 – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - ESCOLA DE SOCORRISMO - COMO FORMA DE VIABILIZAR 6 CURSOS DE 1ºS SOCORROS E 1 CURSO DE RECERTIFICAÇÃO DE SOCORRISTAS - € 7.920,00.

Aprovado por unanimidade

7.3.3. ADENDA AO ACORDO TROCACTIVA MUNICÍPIO DE CASCAIS - ACADEMIA PORTUGUESA DE PSICOLOGIA E TEATRO - APROVAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO E SUBSÍDIO - € 15.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.3.4. WORKSHOPS DE VERÃO 2010 – ASSOCIAÇÃO JUVENIL OP'ARTE - APOIO À CONCRETIZAÇÃO DOS WORKSHOPS DE VERÃO 2010 - € 16.974,00.

Aprovado por unanimidade

8. RECURSOS HUMANOS:

8.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CCD NO VALOR DE € 73.500,00 PARA APOIAR A DESPESA EFECTUADA COM A REALIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FÉRIAS EM REGIME FECHADO, PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, ASSOCIADOS.

Aprovado por unanimidade.

8.2. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MANUTENÇÃO/RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE AVENÇA - CONTRATO CELEBRADO COM JOSÉ VERÍSSIMO COELHO.

Aprovado por unanimidade.

9. AMBIENTE:

9.1. INTERVENÇÃO NO JARDIM VISCONDE DA LUZ.

A Câmara Municipal tem em anexo.

10. MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

10.1. ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA CONSTRUÇÃO DOS PARQUES URBANOS DE OUTEIRO DE POLIMA E QUINTA DE RANA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M.

Aprovado por unanimidade.

10.2. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, EM, PARA A DEMOLIÇÃO DO PAVILHÃO DO PAREDE FUTEBOL CLUBE.

Aprovado por unanimidade.

11. CULTURA

11.1. SUBSIDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE CARCAVELOS GOP 02 001 2002/35/62 - ANULAÇÃO DE CABIMENTO E DDD N.º. 18 967.

Aprovado por unanimidade.

11.2. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

11.2.1. APOIO À ACTIVIDADE REGULAR DA ESCOLA DE BALLET - À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCABIDECHE € 5 000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.2.2. APOIO ÀS FESTAS DE TALAIDE 2010 - AO GRUPO SOLIDARIEDADE MUSICAL E DESPORTIVA DE TALAIDE € 6 000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.2.3. ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS – 1ª TRANCHE - APOIO ANUAL - € 75 000,00.

Aprovado por unanimidade.

12. EDUCAÇÃO:

12.1. PROGRAMA ALIMENTAR - ATRIBUIÇÃO DE VERBA AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SANTO ANTÓNIO DA PAREDE, ALCABIDECHE E CASA DO SAGRADO DE JESUS - € 9.135,82.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI GONÇALO DE AZEVEDO-SEMINÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS - € 7.000,00.

Aprovado por unanimidade.

13. DESPORTO:

13.1. ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA - ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2009/10 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – € 4.581,00.

Aprovado por unanimidade.

13.2. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE SALESIANA – € 1.500,00.

Aprovado por unanimidade.

13.3. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO SPORTIVO DE CARGAVELLOS – € 6.932,00.

Aprovado por unanimidade.

13.4. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE ATLETISMO DA ZONA DA ABÓBODA – € 800,00.

Aproudo por unanimidade.

13.5. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVIDE – GESTÃO EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ESCOLARES – ESCOLA SECUNDÁRIA 2.3 DE ALVIDE - € 360,00.

Aproudo por unanimidade.

13.6. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS ESCOLARES – € 24.570,41.

Aproudo por unanimidade.

13.7. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A UNIÃO RECREATIVA E DESPORTIVA DE TIRES – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO - € 7.544,16.

Aproudo por unanimidade.

13.8. VÁRIAS ENTIDADES - FESTA DA CRIANÇA 2010 – € 2.650,00.

Aproudo por unanimidade.

14. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

14.1. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA SUZETE DE OLIVEIRA GAVINO DO REGO, RESIDENTE NO BAIRRO DA CRUZ DA GUIA, RUA DAS NAUS, Nº15, 4ºC, DE TIPOLOGIA T3, PARA O FOGO DE TIPOLOGIA T1, SITO NO BAIRRO DA CRUZ DA GUIA, RUA DAS NAUS, Nº15, 3ºB.

Apurado por unanimidade.

14.2. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

14.2.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO COMUNITÁRIO DE TIRES NO VALOR DE € 6.000,00 NO ÂMBITO DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO.

Apurado por unanimidade.

14.2.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À IDEIA – “O NOSSO SONHO” NO VALOR DE € 10.800,00 NO ÂMBITO DO PROJECTO “JOVENS EM ACÇÃO”.

Apurado por unanimidade.

14.2.3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CESIS DESTINADO A COBRIR AS DESPESAS DE ASSESSORIA NO ANO 2010, NO VALOR DE € 24.500,00.

Apurado por unanimidade.

14.2.4. PROTOCOLO DE AJUDAS TÉCNICAS – APOIO À RENOVAÇÃO, ALARGAMENTO DE STOCK - € 14.908,00.

Apurado por unanimidade.

14.2.5. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À AHBVA (ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS DE ALCABIDECHE) PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO-PILOTO DE TRATAMENTO DENTÁRIO DIRIGIDO A MUNÍCIPES COM CONDIÇÃO ESTÉTICA ORAL NEGATIVA RESIDENTES NOS TERRITÓRIOS ADROANA E CRUZ VERMELHA – NUM TOTAL GLOBAL DE € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.2.6. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DIREITO DOS MENORES E DA FAMÍLIA - CRESCER SER, DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO "CASA DA ENCOSTA" PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIOS - € 2.789,51.

Aprovado por unanimidade.

14.2.7. COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA - TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA AS 6 JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - € 3.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.2.8. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CORAÇÃO AMARELO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO INICIAL PARA VOLUNTÁRIOS E PARA VOLUNTÁRIOS EM SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO € 1.366,24.

Aprovado por unanimidade.

14.2.9. APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA REQUALIFICA FIVE 2009 - € 143.464,80.

Aprovado por unanimidade.

15. INFORMAÇÕES:

15.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.2. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A EVENTUAL CLASSIFICAÇÃO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO - IGREJA MATRIZ DE CASCAIS, COMO IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS MARÇO 2010 DA EMAC - EMPRESA DE AMBIENTE DE CASCAIS, EM, SA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.4. "UM SÉCULO EM REPÚBLICA" - CICLO DE PALESTRAS NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASCAIS, SÃO DOMINGOS DE RANA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.5. FESTA DA CRIANÇA 2010 – PROGRAMA DE ACTIVIDADES.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.6. PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 APROVADO EM PLENÁRIO DE CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DA REDE SOCIAL DE CASCAIS.

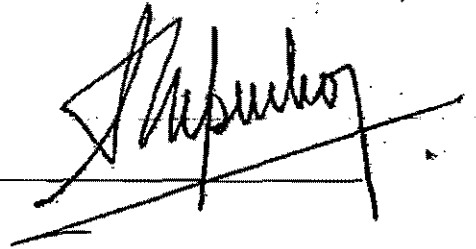
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

As 11 horas e 58 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu, António D'orey Capucho a subscrevi.

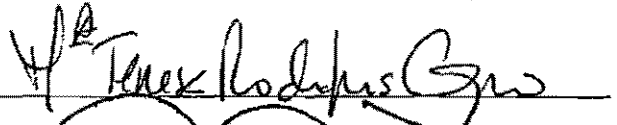
O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO



Os Vereadores

MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ RODRIGUES GAGO



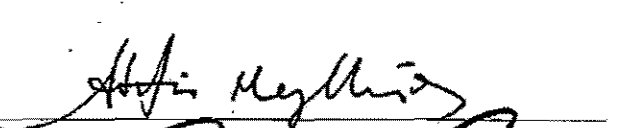
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



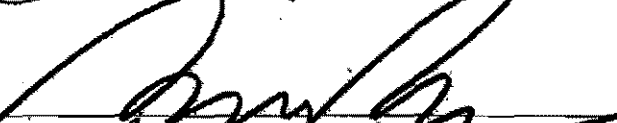
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



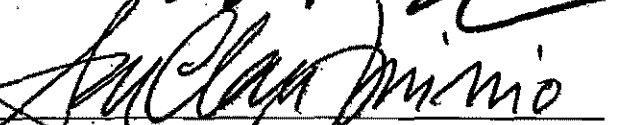
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



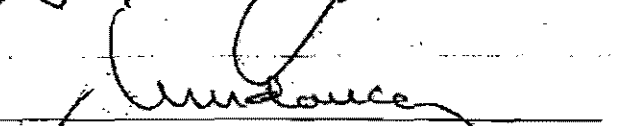
MIGUEL PINTO LUZ



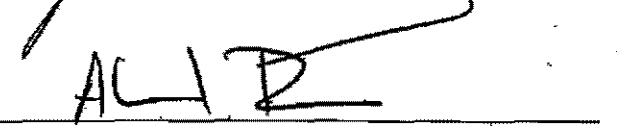
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

Maria da Conceição R. de Salema Cordeiro

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

